

O TRABALHO NAS RUAS: CAPITALISMO, EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES AMBULANTES¹

Lucinéia Scremin Martins²
Jaqueline Pereira de Oliveira³
Tania Ludmila Dias Tosta⁴

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a relação entre trabalho informal, escolarização e ideologia empreendedora entre ambulantes de Goiânia. Partindo das contradições das estrutura e dinâmica capitalistas que precarizam o trabalho enquanto exigem o aumento da escolaridade, discute-se como a informalidade atinge os trabalhadores, especialmente negros e mulheres. Com base em dados de uma pesquisa com 401 ambulantes, constata-se que a escolarização média não garante melhores condições laborais ao mesmo tempo em que a ideologia empreendedora dissimula a exploração e controle da força de trabalho.

Palavras-chave: capitalismo; trabalho; educação; empreendedorismo; ambulantes.

EL TRABAJO EN LA CALLE: CAPITALISMO, EMPREDEDURISMO Y EDUCACIÓN DE LOS TRABAJADORES AMBULANTES

Resumen

El artículo analiza la relación entre trabajo informal, escolaridad e ideología emprendedora entre vendedores ambulantes de Goiânia. Ante las contradicciones de la estructura y la dinámica capitalistas que precarizan el trabajo al tiempo que exigen nivel educativo, se analiza cómo la informalidad afecta a trabajadores, en especial mujeres y personas negras. Con datos de 401 vendedores, se constata que el nivel medio de escolarización no garantiza mejores condiciones laborales, mientras la ideología emprendedora disimula la explotación y el control de la fuerza laboral.

Palabras clave: capitalismo; trabajo; educación; emprendedurismo; vendedores ambulantes.

WORK ON THE STREETS: CAPITALISM, ENTREPRENEURSHIP, AND EDUCATION AMONG STREET VENDORS

Abstract

This article analyzes the relationship between informal work, educational levels, and entrepreneurial ideology among street vendors in Goiânia. Drawing on the contradictions of the capitalist structure and dynamics, which render work precarious while demanding higher levels of education, the study discusses how informality affects workers, particularly Black people and women. Based on data from a survey involving 401 street vendors, we find that secondary education does not guarantee better working conditions, while entrepreneurial ideology conceals the exploitation and control of the workforce.

Keywords: capitalism; labor; education; entrepreneurship; street vendors.

¹ Artigo recebido em 14/04/2026. Aprovado em 11/07/2026. Publicado em 28/07/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i54.71398>

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG/Brasil). Professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG/Brasil). Email: luascremin@ufg.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6636418419069593>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9420-7464>.

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/Brasil). Professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG/Brasil).

Email: jaquelinepereira@ufg.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0784250570710129>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1502-7241>.

⁴ Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB/Brasil). Professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG/Brasil). Email: tania_tosta@ufg.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8443282796615478>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9858-0485>.

Introdução

Nas últimas décadas as inúmeras transformações no mundo do trabalho, decorrentes do processo de desenvolvimento contraditório relacionado à estrutura e ao funcionamento do sistema capitalista, expressam também alterações no sistema educacional. Essas mudanças se refletem de diferentes maneiras: da orientação da classe capitalista/empresarial na elaboração de políticas públicas educacionais por parte do Estado à busca incessante dos indivíduos pela escolarização, como esperança e promessa de empregabilidade.

Subjacente a estas adequações da educação ao mundo do trabalho desenvolve-se uma ideologia do “empreendedorismo” que cumpre um papel social para o capital ao buscar atenuar as diferenças de classes e seus conflitos, colocando-as na mesma condição de empreendedores, apesar de suas diferenças objetivas no mercado capitalista, de proprietários de meios de produção e de capital ou da mercadoria força de trabalho.

Da generalização desse modo de vida empreendedor o resultado é a intensificação da exploração dos trabalhadores assalariados e a precarização do trabalho para a maioria da classe trabalhadora brasileira. Concomitante ao avanço das tecnologias e incremento no exército industrial de reserva de trabalhadores na informalidade e no trabalho por conta própria, amplia-se a propagação do empreendedorismo, ao mesmo tempo que se observa também uma maior escolarização da força de trabalho que não encontra espaço na relação salarial regulamentada.

É no bojo desse processo que essa pesquisa se desenvolve: o crescimento da informalidade que, na condição de vendedor ambulante, muitas vezes se reveste da ideologia do empreendedorismo e se expressa na busca da sobrevivência pelas classes trabalhadoras por meio da negociação de outras mercadorias que não a venda da sua força de trabalho. Neste sentido, o presente artigo parte de uma pesquisa realizada com trabalhadores e trabalhadoras ambulantes informais que atuavam na venda de mercadorias na região central de Goiânia, capital de Goiás, no ano de 2024. Especificamente, temos como objetivo discutir o processo de escolarização dessas pessoas e sua relação com o mundo do trabalho e de como

suas condições de gênero e de raça estão relacionadas a maiores dificuldades na sua inserção no mundo do trabalho.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em mais três partes. Iniciamos com uma reflexão sobre a dimensão totalizante do sistema social capitalista, cujas contradições, engendradas pela sua estrutura e dinâmica, repercutem nas diferentes partes da vida social, em especial sobre o mundo do trabalho e a esfera da educação. A seguir, realizamos uma incursão sobre a informalidade como característica estrutural do mercado de trabalho brasileiro e o processo de propagação da ideologia do modo de vida empreendedor como forma de controle da força de trabalho. Finalmente, na terceira seção, analisamos os dados de pesquisa sobre escolaridade e condições laborais dos/das trabalhadores/as ambulantes a partir da relação trabalho e educação.

Grande parte dos/as trabalhadores/as pesquisados/as vivencia um complexo quadro de incertezas em seu cotidiano, não apenas no que concerne aos seus rendimentos, mas até quanto à possibilidade de continuar exercendo seu trabalho nas ruas. Não obstante o estado de insegurança e vulnerabilidades, a atividade informal constitui a principal fonte de sustento familiar da maior parte das pessoas participantes, sendo a maioria delas negras com escolarização média. Assim, ao investigar a relação entre escolarização e trabalho informal, percebeu-se como as contradições do capital não se resolvem no âmbito da educação ou do esforço pessoal, mas reproduzem-se em novas bases, exigindo a contínua expansão da exploração e da vulnerabilidade para a maioria da classe trabalhadora.

Capitalismo, transformações no mundo do trabalho e a escolarização diante da crise estrutural do capital

A reconfiguração do mundo do trabalho nas últimas décadas constitui-se num fenômeno cujas raízes encontram-se na própria estrutura e dinâmica contraditória do capitalismo. Este sistema funda-se, por um lado, na exploração da força de trabalho, elemento vital de sua valorização e reprodução e, por outro, no contínuo desenvolvimento das forças produtivas, expresso no avanço científico-tecnológico e nas inovações gerenciais, que emergem da competição intercapitalista. Nesse contexto, a competitividade entre diferentes capitais, ao buscar reduzir os custos da produção, permite, num primeiro momento, vantagens lucrativas e competitivas

àqueles que conseguem diminuir o preço de suas mercadorias no processo de circulação e troca do sistema capitalista.

Como afirmaram Marx e Engels (2005), o capitalismo revoluciona incessantemente os instrumentos de produção e, como consequência, também todas as relações sociais. Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas é uma das características intrínsecas ao funcionamento do modo de produção capitalista. Isso significa que, em um primeiro momento, os capitalistas, individuais ou associados, buscam aumentar suas taxas de lucro a partir de investimentos em desenvolvimento científico-tecnológico e gerencial da força de trabalho. No entanto, essa mesma dinâmica causa um problema estrutural: a composição orgânica do capital (a relação entre capital constante, investido em meios de produção, e capital variável, destinado à força de trabalho) tende a se elevar. Isso ocorre porque há uma substituição de trabalho vivo (única fonte de criação de valor/riqueza) por trabalho morto (materializado nos meios de produção) (Marx, 2017). Ou seja, o fato de o capital variável crescer em termos absolutos, mas decrescer em termos relativos devido ao aumento mais rápido do capital constante, leva, em nível global, à redução da massa de mais-valor produzida socialmente, colocando em xeque a lucratividade e, por conseguinte, a acumulação capitalista⁵.

Esse movimento produz ainda outra consequência social fundamental: a formação de um exército industrial de reserva de trabalhadores que, jogados no mundo do desemprego e sem salários, desencadeia dois efeitos antagônicos que também impactam na acumulação capitalista. Por um lado, diminui o círculo de consumidores das mercadorias, que necessitam ser vendidas/consumidas para a realização de mais valor ao capital. Por outro, atua como um instrumento de disciplinamento da classe trabalhadora, pressionando os trabalhadores empregados a aceitarem salários mais baixos, perderem direitos e sofrerem intensificação e precarização do trabalho, conferindo assim uma sobrevida ao processo de valorização do capital, contrarrestando, portanto, a tendência à queda da taxa de lucro.

Essa dinâmica contraditória do desenvolvimento capitalista ao longo de sua história foi desencadeando as denominadas “crises cíclicas do capital”, as quais foram

⁵ “Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente”. (Marx, 2017, p. 214).

sendo resolvidas apenas temporariamente, mas não solucionadas efetivamente. Suas consequências foram se acumulando e engendrando a atual crise estrutural do capital, caracterizando-a como a sua fase mais destrutiva. Como manifestações dessa crise estrutural do capital (Mészáros, 2011), observa-se a produção cada vez mais crescente de guerras, da destruição ambiental, da precarização da vida e do agravamento da miséria humana.

O desenvolvimento científico e tecnológico, subordinado às exigências de lucratividade do capital, distancia-se da possibilidade evocada por Brecht na voz de seu personagem central em *Vida de Galileu* (1991, p. 165), para quem “a única finalidade da ciência está em aliviar a canseira da existência humana”. Ao contrário, tem-se observado que esse desenvolvimento tem potencializado o aumento do sofrimento e da própria miséria humana. Essa tendência fica evidente na forma como as inovações tecnológicas fomentam a intensificação, a precarização e a superexploração do trabalho em diversas ocupações contemporâneas, exemplificadas tanto pelo caso paradigmático do trabalho plataformizado em escala global quanto pelos arranjos laborais como a jornada 6x1 vigente no Brasil, assim como o expressivo contingente de trabalho informal e por conta própria, estes marcados pela ausência de proteção social e pela instabilidade estrutural, que não conseguindo vender sua força de trabalho no mercado necessitam vender alguma outra mercadoria para sobreviverem.

O processo de intensificação e precarização do trabalho para os que são assalariados, assim como a ausência de proteção social e de mínimas condições de trabalho aos que estão na informalidade e no trabalho por conta própria, se agudizam diante da crise estrutural do capital, que busca a qualquer preço garantir suas taxas de lucratividade.

O trabalho informal e por conta própria, no cenário brasileiro, está associado à formação social colonial escravista do país. No entanto, essa característica estrutural do Brasil tem se aprofundado ao articular-se à lógica de acumulação flexível capitalista e ao discurso ideológico do empreendedor de si mesmo (Amorim; Guilherme; Moda; Pelegrini, 2021). Essa modalidade de trabalho, longe de representar uma simples opção de empreender autonomamente, constitui-se frequentemente numa estratégia de sobrevivência diante do desemprego, rendimentos baixos e, em muitos casos, da oferta de trabalho formal, mas em condições de humilhação, tão comuns em uma

sociedade fundada nas relações sociais herdadas do escravismo colonial (Gorender, 2016; Santos, 2022).

A precariedade inerente a essa condição de trabalhador informal e por conta própria⁶, que se expressa na renda irregular, na falta de acesso a direitos trabalhistas e previdenciários e nos riscos à saúde e à vida, reproduz e amplia as desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que serve como mecanismo de redução de custos para o capital, como fica evidente também na nova informalidade, expressa em muitos dos diferentes tipos de trabalhos por aplicativo, que produzem o lucro, mas com ônus cada vez mais mitigado para os patrões (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021). Tal realidade contemporânea é um elemento chave na reconfiguração das classes trabalhadoras e na dinâmica de exploração no capitalismo atual.

Modificações no mundo do trabalho, decorrentes desse processo contraditório de funcionamento do capitalismo, agravadas por sua atual crise estrutural e pela implementação de políticas de cunho neoliberal, implicam em transformações nas relações entre trabalho e educação. Ou seja, a dinâmica do sistema capitalista em reproduzir-se em escala ampliada subordina praticamente todas as atividades humanas à sua lógica de reprodução e dominação. Ou, como bem observa Leher (2002), diferentemente de outras formações sociais, no sistema capitalista a lei do valor envolve todo o sistema social, comandando as relações novas e específicas entre sua base econômica e sua superestrutura ideológica, onde se situa a dimensão da educação.

Mészáros (2011, p. 96) também enfatiza que o capital é uma forma incontrolável de controle sociometabólico que se apresenta como uma estrutura de controle “totalizador” e “totalitário” mais poderosa no curso da história: “à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’”, sujeitando “cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade”.

⁶ A aparência do trabalho informal e por conta própria como algo estranho à dinâmica do capital, na medida em que são indivíduos que isoladamente ou em grupo (normalmente em família) passam a desenvolver alguma atividade econômica, necessita ser analisada como uma forma de trabalho subsumida à reprodução do capital. Neste sentido, não é possível analisarmos as diferentes modalidades de trabalho sem indicarmos o momento predominante da reprodução de sua existência em nosso tempo, dinamizado pelo sistema socio metabólico do capital.

Portanto, é fundamental a existência de um sistema escolar que prove sua viabilidade produtiva ao capital. Nesse sentido, o capital avança sobre a educação escolarizada a partir de duas perspectivas. Uma que se caracteriza pela instrumentalização da formação humana, fundamentalmente de jovens, por meio de um currículo que “prepare mentes e corações” às demandas atuais do capitalismo, já que nas últimas décadas, notadamente com a crescente financeirização e a flexibilização das relações laborais, aprofundou-se um mercado de trabalho estruturalmente precário e incerto. Dessa forma, assiste-se à materialização de políticas educacionais nas quais a ideologia do empreendedorismo e a pedagogia das competências (Ramos, 2001) se consolidam como o princípio norteador do processo formativo, vide a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que apresenta explicitamente a formação de valores para o “empreendedorismo” e a defesa da flexibilização, adotando esta como “princípio de organização curricular” (Brasil, 2018, p.466-468). Outra perspectiva é a abertura desse espaço para a mercantilização educacional a partir de parcerias governamentais com diversas fundações privadas nacionais ou internacionais (Ferretti; Krawczyk, 2017), como por exemplo a fundação Lemann, uma importante protagonista responsável pela elaboração e aprovação da BNCC, em 2018 (Martins *et al.*, 2025).

Nesse contexto, parte considerável da força de trabalho brasileira vem se submetendo a condições de trabalho e de empregabilidade precárias, com jornadas de trabalho intensas e rendimentos baixos, mesmo que, contraditoriamente, o processo de escolarização e de desenvolvimento tecnológico tenham avançado historicamente. Portanto, no Brasil atual as contradições de funcionamento do sistema capitalista, como por exemplo a formação de um exército industrial de reserva de trabalhadores, associada à herança colonial escravista, expressam o paradoxo do aumento da escolarização de homens e mulheres trabalhando por conta própria, na informalidade, em uma condição laboral que, frequentemente, não corresponde às expectativas prometidas por essa formação.

Informalidade, empreendedorismo e educação

Característica estrutural do mercado de trabalho de países de capitalismo dependente como os latino-americanos, a informalidade reflete a incapacidade da

acumulação capitalista de universalizar a relação salarial e pode ser compreendida como uma parte funcional do próprio processo de desenvolvimento desigual (Pérez Sáinz, 2023). Neste sentido, a relação assalariada convive com um expressivo contingente de trabalho não assalariado de uma força de trabalho em busca de sua própria reprodução social.

Marcada por sua diversidade, a informalidade pode abarcar desde as mais precárias atividades autogeradas de subsistência até trabalhadores desprotegidos subcontratados por empresas formais, inseridos em cadeias produtivas maiores, além dos mais recentes trabalhos plataformizados e sob demanda. Diferentemente da visão dualista anterior, reconhece-se hoje a coexistência e interdependência de atividades formais e informais (Abramo, 2023), sendo estas funcionais à lógica capitalista ao transferir riscos e custos do capital para trabalhadores.

Ao contrário do sentido residual e transitório associado às atividades informais nas economias periféricas, a perspectiva de formalização permaneceu distante para grande parte destes trabalhadores. A ideia de que o desenvolvimento e industrialização trariam a universalização do assalariamento não se cumpriu. Ao invés disso, com a crise estrutural do capital, a reestruturação produtiva e a desregulamentação das relações de trabalho é que se generalizaram para os demais países capitalistas (Lima; Vêras de Oliveira, 2021).

A intensificação das transformações no mundo do trabalho está associada à busca por construir um novo consenso social e novas formas de controle da força de trabalho visando a manutenção da dominação e reprodução capitalista (Amorim; Moda; Mevis, 2021). Como parte da racionalidade neoliberal capitalista, propaga-se a concepção da necessidade de modernização e flexibilização das relações de trabalho, o que pode ser encontrado no discurso do empreendedorismo.

O empreendedorismo pode ser compreendido, portanto, como ideologia e como forma de controle da força de trabalho, que objetiva “suprimir o conflito entre as classes sociais ao fazer parecer que todos são iguais ao serem empreendedores, mesmo em suas desigualdades no mercado, subordinando a força de trabalho aos objetivos do capital” (Amorim; Guilherme; Moda; Pelegrini, 2021, p. 856).

A generalização do modo de vida empreendedor contribui com a intensificação da exploração da força de trabalho e a precarização do trabalho, criando um novo tipo de trabalhador, desprotegido e sem direitos. O trabalhador passa a ser responsável

por sua empregabilidade e por sua valorização no mercado de trabalho. Mesmo que este modo de vida se apresente no tempo presente como situações de sofrimento e precariedade, há a validação de um imaginário de sucesso, ainda que seja como possibilidade futura.

A meta atual é a capacidade de “valorização de seu próprio capital humano no mercado”: é o trabalhador que garante sua reprodução social atuando como “empreendedor”, mesmo que apenas com o intuito de sobreviver. A teoria do capital humano preconiza o desenvolvimento das capacidades dos trabalhadores a partir de sua formação educacional, de forma que, ao se autovalorizarem, os trabalhadores teriam mais chances de aumentar a renda (Schultz, 1967).

Os indivíduos atuariam então como empresas no mercado ou como empresários-de-si a partir de uma racionalidade neoliberal de competição de todos contra todos em que o sucesso dependeria apenas do esforço individual de cada um (Dardot; Laval, 2016). Segundo esta perspectiva, produz-se um novo modo de vida, estendendo a lógica do mercado a todas as áreas da vida, orientando as diferentes formas de interação social. O empreendedorismo surge, portanto, como a forma hegemônica de se viver no capitalismo atual, em que um “exército industrial de reserva” de força de trabalho fica à mercê de sua própria sorte no mercado: impossibilitado de vender sua força de trabalho ao capital em troca de salário, necessita vender alguma outra mercadoria para obter rendimentos para sobreviver.

A produção destes consensos pode se dar de forma mediada pela ação (ou falta de ação) do Estado ou por agentes privados. O empreendedorismo vem sendo disseminado no Brasil por meio de políticas para trabalho e renda ou propagado por meio de projetos educacionais, pela mídia ou pela iniciativa privada, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), que tem como meta promover o empreendedorismo e o desenvolvimento de pequenos negócios (Amorim; Moda; Mevis, 2021). O discurso do esforço e mérito individual como chave do sucesso atinge, assim, desde os primeiros anos, a crianças, jovens e trabalhadores em geral, culminando com a inserção do “aprender a empreender” em eixo temático dos itinerários formativos por meio da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio.

A partir desse contexto, discutiremos como tais pressupostos dinamizam o trabalho realizado por uma categoria que ocupa os espaços públicos como estratégia

de sobrevivência há tempos nas cidades brasileiras. Seja como trabalho autogerado, seja como atividade informal, o comércio ambulante não está à margem do sistema capitalista, podendo ser considerado funcional ao desenvolvimento desigual de países latino-americanos (Pérez Sáinz, 2023). Embora não seja uma categoria nova, o vendedor ambulante ganha outros contornos com a disseminação do novo modo de vida, podendo agora ser alçado à condição de empreendedor de si mesmo. Para compreender melhor esta realidade, a próxima seção analisa as vivências e condições laborais de trabalhadores/as ambulantes do centro da cidade de Goiânia tendo como foco a relação entre educação e trabalho.

Educação e condições do trabalho ambulante

Os estudos no campo da sociologia do trabalho demonstram uma intrínseca relação entre anos de escolaridade e oportunidades de trabalho. É necessário ressaltar que, embora importante, tal associação precisa ser observada com cautela, uma vez que condições sociais, especialmente de gênero e raça, influem na forma como essas dimensões se relacionam (Segnini, 2000; Lima, 1995).

Como dito antes, as premissas que orientam a teoria do capital humano (Schultz, 1967), por exemplo, asseveram que a qualificação da força de trabalho é fundamental para a superação do desemprego e das desigualdades ao alargar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e melhorar as condições de rendimento. No entanto, vários estudos criticaram tal perspectiva, uma vez que, dentre outras coisas, ela responsabiliza indivíduos por problemáticas que são estruturais, ou seja, provenientes da estrutura e da dinâmica de funcionamento do sistema do capital e seus processos sócio-históricos (Rodrigues, 1997; Machado 1998; Gentili 2001; Frigotto 2001; Cardoso, 2000).

Em especial no Brasil, sua formação como nação foi marcada pela exploração do trabalho escravo e pela consolidação de um capitalismo subdesenvolvido e estruturalmente dependente do capital externo que deu origem a um mercado de trabalho e a um sistema educacional profundamente desiguais, nos quais a população negra, saída da escravidão, permaneceu historicamente à margem. Tais características do capitalismo brasileiro articulam-se à dinâmica contraditória do desenvolvimento capitalista global, que reproduz incessantemente um “exército

industrial de reserva”, isto é, um contingente de trabalhadores relegados ao desemprego e à ausência de salários, os quais passam a engrossar o mercado de trabalho informal, marcado pela precariedade e pela incerteza.

A partir da década de 1990, o movimento de reestruturação capitalista no Brasil, expresso nas transformações da produção industrial, dinamizadas pelo avanço tecnológico, mudanças na gestão empresarial, expansão do setor de serviços e retrocesso da legislação trabalhista (Krein, 2001), intensificou o processo de informalização do mercado de trabalho. Nesse mesmo período, buscou-se a universalização do acesso à educação básica⁷, que passou a ser oferecida de forma obrigatória pelos estados e municípios, embora tal ampliação não tenha implicado, necessariamente, a garantia de uma educação de qualidade e a conclusão do processo de escolarização, principalmente das classes trabalhadoras negras e pobres.

Este artigo pretende refletir sobre a relação entre educação e trabalho a partir de uma pesquisa realizada com 401 trabalhadores/as ambulantes informais que atuavam na região central de Goiânia no ano de 2024⁸. O município é nacionalmente conhecido por ser um importante polo de confecção do vestuário e por suas feiras livres que atraem pessoas de diferentes regiões do país. Além das feiras, a cidade conta ainda com um polo comercial constituído por inúmeros shoppings populares situados nas adjacências da feira *hippie*, uma das maiores da América Latina (Carvalho; Wendland; Da Mota, 2007).

Além do comércio em lojas e barracas, muitas mercadorias podem ser adquiridas por meio do trabalho de vendedores ambulantes que são parte do cenário comercial da região. Assim como em outras regiões do país, a referida atividade na cidade é caracterizada por condições de trabalho precárias, mal remuneradas, jornadas longas, insalubres e que comprometem a saúde física e emocional dos/das trabalhadores/as (Pamplona, 2013; Jordão, 2015).

⁷ Os dados do Censo Escolar 2025 indicam que, enquanto a universalização do acesso no Ensino Fundamental atinge 99,5% da população de 6 a 14 anos, o grande desafio permanece no Ensino Médio, onde 93,4% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados, mas os indicadores de distorção idade-série (17,6%) e conclusão na idade adequada ainda refletem as desigualdades estruturais.

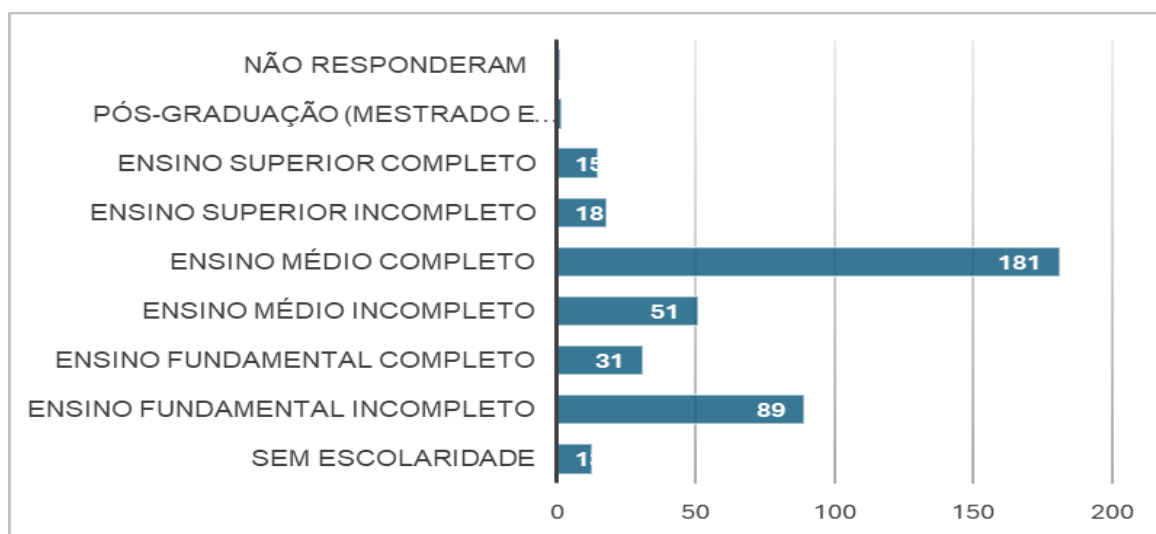
⁸ A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, parte de um *survey* realizado entre maio e julho de 2024 com 401 pessoas ocupadas como vendedoras ambulantes na área central de Goiânia, principalmente nos arredores da região da Rua 44. Os dados foram posteriormente sistematizados por meio do software de análise quantitativa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

A pesquisa foi realizada com trabalhadores e trabalhadoras ambulantes que atuam nas ruas da região central da cidade, sem qualquer tipo de estrutura permanente para a exposição de suas mercadorias. O perfil do público pesquisado é composto por uma maioria significativa de pessoas negras, compreendendo 75% da amostra, o que confirma estudos que indicam uma maior presença da população negra na informalidade (Theodoro, 2022). No que diz respeito ao gênero, os homens somam 55,6% do total de pesquisados. Tal dado é peculiar uma vez que os produtos comercializados no polo são, em sua maioria, voltados para o público feminino, mas acompanha o resultado de outras pesquisas que apontam um predomínio de homens no trabalho por conta própria (Mick; Nogueira, 2023).

Embora na informalidade e sem controle sistemático da jornada de trabalho, mais da metade (51,1%) trabalha entre 5 e 6 dias por semana, sendo que 26,7% trabalham seis dias por semana. Além disso, cerca de 12% da amostra relata trabalhar todos os dias. Sobre esse formato de jornada, é importante destacar a presença majoritária de homens, uma vez que eles não são socioculturalmente responsabilizados pelas atividades domésticas e de cuidado.

No que diz respeito à escolaridade, foco da nossa análise, uma expressiva parte das pessoas entrevistadas à época da investigação tinha o ensino médio completo, tal como demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Escolaridade



Fonte: Elaboração própria a partir de *survey* com trabalhadores/as ambulantes de Goiânia.

Sobre esse ponto, é importante ressaltar que, segundo a Classificação Brasileira de Ocupação, para atuar como ambulante é requerida a 4ª série do ensino fundamental (CBO, 2010). Assim sendo, a pesquisa indica presença de um fenômeno denominado pela literatura de sobre-educação, que se refere às pessoas que estão inseridas em ocupações que exigem nível de escolaridade inferior ao que possuem (Diaz; Machado, 2008).

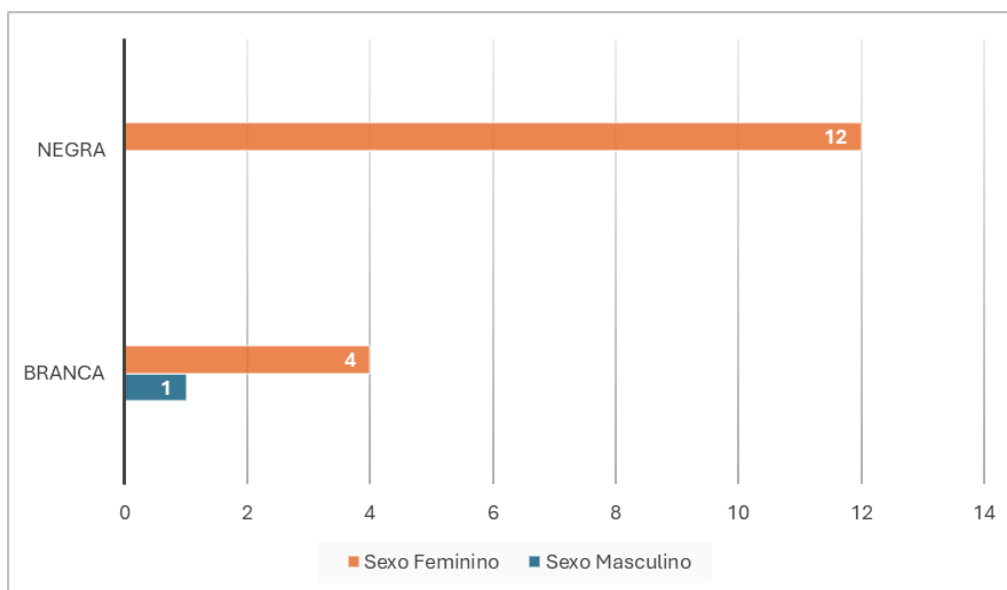
Os resultados demonstram que a maior parte das pessoas que atuam como ambulantes em Goiânia tem nível de escolaridade suficiente para ser absorvida por outras ocupações. Esses dados dialogam com estudo que demonstra que a maioria das pessoas em situação de sobre-educação têm ensino médio completo e estão inseridas em atividades que requerem o ensino fundamental (Carvalho; Reis, 2024).

As políticas educacionais que tiveram por objetivo universalizar o acesso à educação básica no Brasil contribuíram significativamente para a ampliação da escolarização no país. No entanto, as oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho não acompanharam esse movimento, aumentando, assim, o contingente de pessoas cuja escolaridade não é compatível com a atividade que desempenham (Reis, 2020). Apesar do papel da ideologia neoliberal capitalista, este fato pode ser um dos elementos explicativos do desalento com a educação, especialmente de nível superior observado recentemente no Brasil (Reses; Carvalho, 2025). As construções ideológicas em torno das possíveis oportunidades abertas pelo empreendedorismo, abordadas na seção anterior, também podem ser consideradas chaves explicativas desse processo.

Historicamente, as mulheres são mais escolarizadas que os homens, mas isso não redundava necessariamente em melhores condições de trabalho e renda, expressão da desigualdade de gênero no Brasil. Na pesquisa realizada com ambulantes, foi possível identificar 17 pessoas (aproximadamente 4,2% da amostra), com formação superior completa⁹. Entre essas, há presença de apenas um homem. Por outro lado, as mulheres negras estão sobrerrepresentadas, somando 64,7% da amostra, como demonstra o Gráfico 2.

⁹ A amostra inclui também pessoas com pós-graduação (mestrado e doutorado).

Gráfico 2 - Ensino Superior Completo



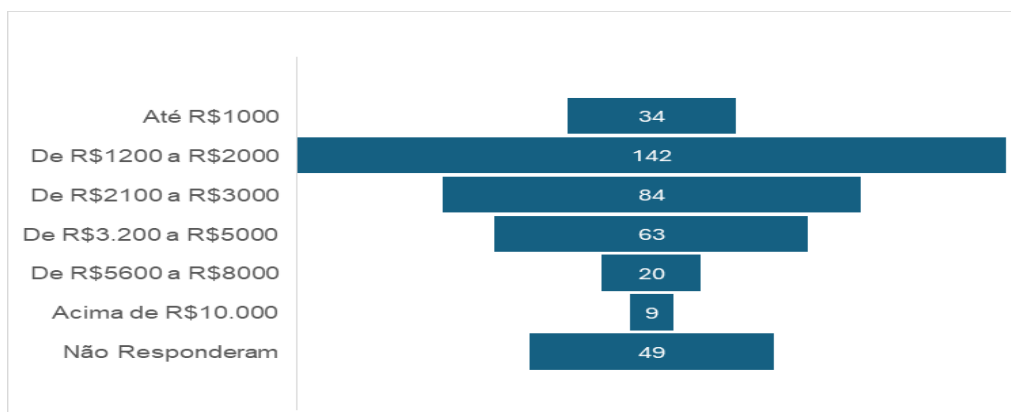
Fonte: Elaboração própria a partir de *survey* com trabalhadores/as ambulantes – Goiânia.

Esse dado evidencia que a taxa de sobre-educação na ocupação é maior entre as mulheres, especialmente as negras. Assim sendo, é necessário refletir sobre a forma como as desigualdades de classe, gênero e raça criam cenários sociais que impossibilitam ou dificultam a ascensão profissional de mulheres negras com formação superior e as confinam em contextos de subordinação racial, de gênero e de superexploração econômica (Gonzalez, 2020).

No que diz respeito ao rendimento, os dados analisados demonstram que as pessoas que participaram da pesquisa marcam presença majoritária na faixa de R\$1.200,00 a R\$ 2.000,00, como pode ser observado no Gráfico 3. As respostas indicam uma quantidade não insignificante de ambulantes recebendo menos que o salário-mínimo da época (que em 2024 correspondia a R\$ 1.412,00).

Os baixos retornos em termos de rendimento podem ser elementos explicativos das longas jornadas de trabalho. Nesse ponto, vale ressaltar que 81,1% das pessoas que participaram da pesquisa disseram que essa é sua única fonte de rendimento. Aqui cabe lembrar, como nos ensina Saffioti (2015) e Lélia Gonzalez (2020), do "enovelamento" entre classe, raça e gênero e pensar os processos de desigualdades sociais no contexto da América Latina, e como, por exemplo, o racismo (por denegação) foi elaborado para manter a população negra na condição de classe explorada.

Gráfico 3 - Renda



Fonte: Elaboração própria a partir de *survey* com trabalhadores/as ambulantes – Goiânia.

Ao articularmos as variáveis de gênero e renda, observa-se que na faixa de rendimento mais baixa (até R\$1.000,00), as mulheres são a grande maioria, representando 73,5% da amostra. Na faixa de rendimento mais alta, por outro lado, há um equilíbrio, com leve predomínio de mulheres.

Tabela 1 – Faixas de Rendimento

Faixas de Rendimento	Sexo			
	Masculino		Feminino	
Até R\$1000	9	26,5%	25	73,5%
De R\$1200 a R\$2000	75	52,8%	67	47,2%
De R\$2100 a R\$3000	54	64,3%	30	35,7%
De R\$3.200 a R\$5000	41	65,1%	22	34,9%
De R\$5600 a R\$8000	9	45,0%	11	55,0%
Acima de R\$10.000	4	44,4%	5	55,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de *survey* com trabalhadores/as ambulantes – Goiânia.

A formação superior, que poderia trazer algumas vantagens na negociação dos produtos, estabelecimento de preços da mercadoria ou estratégias de venda, acaba não produzindo efeito no rendimento. Ao analisar o grupo de pessoas com formação superior completa, foi possível observar que na faixa de rendimentos mais baixa temos duas trabalhadoras negras e na faixa mais alta, uma trabalhadora branca. Esse achado demonstra que a escolaridade, embora indispensável para melhores posições ocupacionais, é insuficiente (Segnini, 2000), mesmo em ocupações marcadas pela

vulnerabilidade, indicando a necessidade de se observar a dinâmica das desigualdades de gênero e raça no contexto de inserção ocupacional e no nível de renda.

No que se refere à percepção dos e das ambulantes acerca de suas condições laborais, é importante ressaltar que 35,2% consideram-nas regulares. Parte-se da perspectiva de que, mesmo em um contexto de inserção em uma atividade precária, o acúmulo de anos de escolaridade poderia contribuir para uma percepção mais crítica. Isso porque cerca de 50% dos vendedores relataram algum tipo de perigo ou risco à saúde, desde condições de trabalho precárias à violência e insegurança. O desgaste do trabalho realizado nas ruas, em que é preciso permanecer horas em pé, sem acesso a equipamentos e infraestrutura básicos, se agrava com riscos de adoecimento pela insegurança e longas jornadas sem pausas. Mesmo assim, dentre as 401 pessoas entrevistadas, 13,2% disseram achar as condições de trabalho excelentes. Deste total, a maioria, 47,2%, tem o ensino fundamental incompleto. O resultado sugere que quanto menor a escolaridade, mais difícil é o processo de reconhecimento da precariedade em que o trabalho é realizado, o que pode impactar a construção de estratégias coletivas de superação da exploração.

Diante de um cenário de crise estrutural do capital e da busca de novas formas de controle da força de trabalho, a propagação do empreendedorismo como modo de vida impulsiona uma fração significativa de trabalhadores a assumir a responsabilidade pela gestão de sua própria reprodução social. Dissemina-se o ideal de autonomia e liberdade em que o trabalhador detém o controle sobre seus horários e decisões, uma vez que não estaria subordinado a patrões. Este contexto pode explicar parcialmente a perspectiva positiva de muitos ambulantes acerca de seu trabalho. De atividade precária, instável e desgastante à possibilidade de alcançar o sonho de sucesso como um empreendedor, configura-se um novo consenso social de responsabilização e individualização das relações de trabalho, na contramão da busca por melhora coletiva de vida para as classes trabalhadoras.

Considerações Finais

O processo contraditório do sistema global capitalista associado à sua crise estrutural e às dinâmicas sócio-políticas estimuladas pelo neoliberalismo, sobretudo

nos países de capitalismo dependente, têm interferido não só no mundo do trabalho, mas também na estrutura educacional. Se, em cenário anterior, a educação era vista como estratégia importante de superação de desigualdades, hoje, o que presenciamos, por um lado, é um processo de instrumentalização da estrutura educacional às necessidades mais imediatas de valorização do capital e, por outro, um mecanismo de difusão da ideologia capitalista com a construção de narrativas, tais como o empreendedorismo, que estimulam o desalento educacional e confinam os/as trabalhadores/as em ocupações precárias e informais, principalmente pessoas negras e mulheres.

Dificultar o acesso à escola era a principal estratégia do sistema para perpetuar seus mecanismos de exploração, mas com o processo de consolidação de políticas públicas de universalização da educação básica, conquistadas através das lutas históricas das classes trabalhadoras, o capitalismo aperfeiçoou seu domínio sobre o sistema educacional, aprofundando seu controle político e ideológico sobre a educação. Na educação superior, o que observamos, especialmente diante do alargamento das possibilidades de acesso provocado pelas ações afirmativas, por exemplo, é a construção de um conjunto de estratégias para invalidar sua importância ou diminuir seus retornos, especialmente no mercado de trabalho.

Trazendo como paradigma o contexto das pessoas que atuam como ambulantes em Goiás, foi possível observar que, além de precária, informal e mal remunerada, a atividade absorve majoritariamente pessoas negras de escolarização média. Tal grupo pode ser considerado como parte do exército industrial de reserva ou massa marginal que, mesmo com formação escolarizada média e, em alguns casos, superior, não consegue alcançar postos de trabalho minimamente protegidos.

As reflexões aqui apresentadas sugerem que o problema não é falta de esforço e formação educacional individual, mas sim da estrutura e dinâmica capitalista que segue lucrando com a vulnerabilidade, responsabilizando trabalhadores e trabalhadoras pelas suas condições de trabalho e salário e naturalizando sua condição de precariedade.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 26–56, maio 2021.

ABRAMO, Laís. Antiguas y nuevas formas de informalidad en América Latina: un recorrido conceptual. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; VARELA, Paula; CALDERÓN, Ana Maria (orgs.). **Informalidad en América Latina**: um debate actual? Alicante: Universidad de Alicante/LATWORK, 2023.

AMORIM, Henrique; MODA, Felipe; MEVIS, Camila. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo? **Caderno CRH**, Salvador, v. 34, p. 1-16, e021018, 2021.

AMORIM, Henrique; GUILHERME, Guilherme Henrique; MODA, Felipe Bruner; PELEGRINI, João Gabriel Selles. O empreendedorismo contemporâneo ou uma forma de mistificação das relações de classe. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 845-873.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRECHT, Bertolt. Vida de Galileu. In: **Teatro completo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Vol. 6.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Economia x sociologia: eficiência ou democracia nas relações de trabalho? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1 p. 45-82, 2000.

CARVALHO, Sandro Sacchet de; REIS, Mauricio Cortez. A Evolução da sobre-educação no Brasil e o papel do ciclo econômico entre 2012 e 2023. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2024. 32 p. il. (**Texto para Discussão**, n. 3025).

CARVALHO, Gisélia Lima; WENDLAND, Simoni Miriam; DA MOTA, Ana Maria Guimarães. O impacto da feira hippie no setor turístico-hoteleiro de Goiânia. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiás, v. 27, n. 3, p. 29-48, 2007.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAZ, Maria Dolores Montoya; MACHADO, Luciano. Overeducation e undereducation no Brasil: incidência e retornos. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 38, n. 3, p. 431-460, 2008.

FERRETTI, Celso João; KRAWCZYK, Nora. Flexibilizar para quê? Meias verdades da “reforma”. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.11, n.20, p. 33-44, jan/jun. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e**

crise do trabalho: perspectivas de final de século. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 25-54.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 76-99.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

JORDÃO, Ana Paula Ferreira; STAMPA, Inez. Precarização no “mundo do trabalho”: a experiência dos ambulantes dos trens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, v. 18, n. 33, p. 315-338, 2015.

KREIN, José Dari. **O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90.** 2001. 312f. Dissertação (Mestrado em Economia) – UNICAMP, Campinas.

LEHER, Roberto. Movimentos sociais, democracia e educação. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (orgs.) **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LIMA, Jacob Carlos; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 3, set. - dez. 2021, pp. 905-932.

LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 489, 1995.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Educação básica, empregabilidade e competência. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 3, p. 15-21, jan./jul. 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Livro III – O processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARTINS, Lucinéia S.; FONSECA, Jullyana C.; BENEVIDES, Rubens de F.; SANTOS, Fernando H. dos. A atuação empresarial da Fundação Lemann, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio brasileiro. In: SILVA, Altina A. da; MARTINS, Lucinéia S.; MATTOS, Paulo H. C.; VIEIRA, Renato G. [Orgs.] **(Des)caminhos:** o neoliberalismo na educação pública brasileira. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MICK, Jacques; NOGUEIRA, João Carlos Nogueira (orgs.) **Viver por conta própria:** como enfrentar desigualdades raciais, de classe e gênero e apoiar a economia popular nas periferias brasileiras. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações.** Brasília, 2010. v. 1, 828 p. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/cbo/servicos/downloads/livro-1-portal-cbo.pdf>. Acesso em 20 de março de 2026.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 1, p. 225-249, 2013.

PÈREZ SÁINZ, Juan Pablo. La heterogeneidad de los mercados de trabajo en América Latina. Reflexiones desde la comparación histórica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; VARELA, Paula; CALDERÓN, Ana Maria (orgs.). **Informalidad en América Latina:** un debate actual? Alicante: Universidad de Alicante/LATWORK, 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **Pedagogia das Competências:** autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

REIS, Mauricio Cortez. Os ensinos público e privado no Brasil e a incidência de sobre-educação no mercado de trabalho. **Economia Aplicada**, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 3, p. 367–392, 2020.

RESES, Erlando Silva; CARVALHO, Bruno Moreira Borges. Entre a Expansão e o Declínio: A Democratização do Acesso ao Ensino Superior e a Queda nas Inscrições do Enem no Período 2017-2021. **Latitude**, Maceió, v. 18, n. 2, p. 162–178, 2025.

RODRIGUES, José. Da teoria do capital humano à empregabilidade: um ensaio sobre as crises do capital e a educação brasileira. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 2, p.215-230, ago./ dez.1997.

SAFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro:** uma história da formação do país. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2022.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 72-81, 2000.

SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da educação.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

THEODORO, Mário. Mercado de trabalho, desigualdade e racismo. In: **A sociedade desigual:** Racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.